



CAPÍTULO 15

MERCADO DE TRABALHO, UNIVERSIDADE, GÊNERO E AS NOVAS GERAÇÕES

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7061125200815>

Dayse de Paula Marques da Silva

Coordenadora do *Programa de Estudos de Gênero, Geração e Etnia: demandas sociais e políticas públicas* – PEGGE/PR-3/FSS/UERJ. Coordenadora da *Pesquisa Mercado de trabalho e políticas públicas em gênero, geração e etnia: buscando um diálogo no campo dos direitos humanos*. Coordenadora dos projetos de extensão: *Educação e direitos humanos em gênero e etnia* e *Acervo audiovisual do PEGGE/SR3/FSS/UERJ*. Pós-doutorado na Pós-graduação em Sociologia e Direito da Faculdade de Direito/UFF – PPGSD/FD/UFF (2018-2019). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6467480230880376>

RESUMO: A pesquisa *Mercado de trabalho em políticas de gênero e etnia: em busca de um diálogo no campo dos direitos humanos*, desenvolvida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) tem como um de seus objetos de interesse, a concentração por sexo em cursos universitários, que se mostra bem marcante, ainda, em alguns carreiras profissionais. Um dos debates realizado na pesquisa, é o fato destes cursos não alterarem significativamente o seu perfil por sexo, ao longo dos anos. Alguns deles, apresentam em seu histórico, a marca do feminino desde a sua origem como um curso criado para mulheres. Na metodologia do projeto, são analisadas algumas iniciativas públicas nacionais por meio do lançamento de Programas, Planos Nacionais etc., assim como iniciativas de organizações internacionais. Será realizada uma análise da experiência com um documentário produzido pela pesquisa em escola de ensino fundamental: *Dafne e Rafael: o futuro do gênero*, desde 1999.

PALAVRAS-CHAVE: mercado de trabalho, educação, gênero, políticas públicas

LABOR MARKET, UNIVERSITY, GENDER AND NEW GENERATIONS

ABSTRACT: The research Job market in gender and ethnic policies: in search of a dialogue in the field of human rights, developed at the State University of Rio de Janeiro (UERJ) has as one of its objects of interest, the concentration on sex in courses university students, which is also very noticeable in some professional careers. One of the debates carried out in the research is the fact that these courses do not significantly change their profile by gender over the years. Some of them have, in their history, the mark of femininity since their origin as a course created for women. In the project methodology, some national public initiatives are analyzed through the launch of Programs, National Plans, etc., and initiatives by international organizations. The experience will be examined with a documentary produced by research at an elementary school: Dafne and Rafael: the future of genre, since 1999.

Keywords: Job market, education, gender, policies public

INTRODUÇÃO

A pesquisa *Mercado de trabalho em políticas de gênero e etnia: em busca de um diálogo no campo dos direitos humanos*, desenvolvida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) é desdobramento de outros projetos de pesquisa que tiveram sua origem na dissertação de mestrado e na tese de doutorado, na área das ciências sociais. A primeira intitulada *Perspectiva Profissional e de Constituição de Família em Mulheres Universitárias* (1989) e a segunda *Relações de gênero no campo profissional da Medicina* (1998), ambas defendidas no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/IFCS/UFRJ), sob a orientação da profa. Dra. Bila Sorj. Ao longo deste percurso, muitas questões e perguntas sem resposta, foram se acumulando ao tentar analisar por que as diferenças entre homens e mulheres na cultura (na maioria delas), são tão marcadas por hierarquias e relações de poder tão perversas. A violência doméstica, centrada na violência contra a mulher, a violência sexual contra crianças e adolescentes, com mais incidência contra meninas (com subnotificação quanto aos meninos), todas as formas de violência de gênero, o que inclui as agressões e assassinatos da população LGBTQI, os casos de assédio sexual e discriminação por sexo, no ambiente de trabalho, constituindo-se uma lista interminável de horrores, ainda pouco reconhecidos, vão nos mantendo no campo.

No início deste percurso, tentando responder às estas inquietantes questões, buscou-se um outro instrumento, além dos relatórios e artigos: o audiovisual, um documentário sobre o tratamento do problema do gênero na escola. Tentando explorar por onde tudo isto começa, porque essas hierarquias se mantêm, após

tantos avanços quanto às ideias de igualdade de direitos e garantia da cidadania, chegamos ao *Dafne e Rafael: o futuro do gênero*, documentário produzido na pesquisa. Não há doutrina religiosa, sistemas de segurança, *expertise* na formação profissional etc., que superem estas relações de poder. Muitas vezes, mediam, intermedium os conflitos e, por vezes, os controlam. A superação destas hierarquias está longe, ainda, no horizonte.

A pesquisa, cujo objeto é abordado neste texto tem como foco as hierarquias de gênero no campo da educação, mais especificamente, no ensino superior, com base na distribuição por sexo em carreiras universitárias. Desde as apresentações da dissertação de mestrado e da tese de doutorado, observamos esta distribuição. Quanto à concentração por sexo, em algumas áreas de conhecimento, não muda, desde o período analisado em 1989 e 1998. É o caso do Serviço Social. Há uma inserção maior de estudantes do sexo masculino no curso. Entretanto, manteime-se a maioria avassaladora de estudantes do sexo feminino. A medicina tem uma predominância de mulheres nos cursos, atualmente, mas conforme, observado na tese de doutorado, a “lógica” de gênero na distribuição por sexo por especialidades, tende a se consolidar: muitas mulheres em pediatria, dermatologia etc.

Uma pergunta vem acompanhando a pesquisa em alguns espaços por onde passa: é um problema, o fato, de áreas profissionais apresentarem um perfil masculino ou feminino? Qual é, exatamente, o problema do ponto de vista científico nas ciências sociais, desta realidade se repetir? Não é mais importante analisar o acesso ao ensino como política pública fundamental, em países democráticos? O ponto principal, não é analisar a maior inserção, independente do sexo, de estudantes nas redes de ensino? Sem dúvida, dimensionar este processo é fortalecer um país mais inclusivo e, prioritariamente mais desenvolvido do ponto de vista econômico. O que buscamos esclarecer é que as hierarquias atravessam a universidade, consolidam lugares subalternos e de “ponta”. Em um primeiro momento, por meio da competição corporativa, entre as diferentes *expertises*, que disputam o mesmo objeto e o reconhecimento de sua eficiência e “distinção”. O fato de ser uma mulher à frente de uma determinada atividade nesta disputa, em algumas situações específicas, de comando, por exemplo, parece não fazer muita diferença no discurso profissional. Entretanto, vão se descortinando, as denúncias de assédio sexual, assédio moral, entre outras situações que limitam, por vezes, a motivação de muitas mulheres, em tentar alcançar determinados lugares. Nesse sentido, recuperamos um debate que começamos no fim do século passado, para o início deste, com o documentário que foi gravado em uma escola privada, em turmas de alfabetização do ensino fundamental, nos idos de 1999, o *Dafne e Rafael: o futuro do gênero* (SILVA, 1999).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nas hipóteses consideradas, sobre os fundamentos desta permanência, está o isolamento do conceito de gênero no espaço da educação. O gênero enquanto uma forma de construir identidades e hierarquias na sociedade, influí bastante no momento da escolha de uma profissão. Entretanto, muito recentemente este fato vem sendo enfrentado por programas que propõem o enfrentamento deste problema, na esfera pública, como é o caso do Programa Mulher e Ciência, do Governo Federal e iniciativas de longa data, lançadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), quanto à educação de meninas, impedidas de estudar em alguns países, cujo expoente nesta luta se tornou a Malala, paquistanesa, vítima desta violência¹. O processo de demonização que o conceito de gênero passou a enfrentar nos últimos anos, por grupos que fizeram um uso político do conceito, distorceu de tal forma o debate que atrasou significativamente, o enfrentamento de hierarquias de gênero no campo da educação.

As gerações mais recentes, dos últimos cinco anos, por exemplo, tiveram mais dificuldade de acessar as produções que vinham sendo elaboradas para desconstruir hierarquias de gênero, no espaço da escola. Os temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais, publicados no fim década de 1990 e início de 2000, foi uma iniciativa nesse sentido e apesar, de todas as barreiras encontradas, contribuiu para o estímulo do tema.

Portanto, o ensino médio tem sido afetado por este problema. Os jovens que chegam na Universidade, foram mais afastados destas reflexões. Não se discute muito como o gênero pode afetar as escolhas de carreiras. É necessário observar, por exemplo, formas de desestímulo para o acesso à determinadas áreas de conhecimento, que não seriam adequadas, com base no sistema sexo/gênero.

O tema do gênero na pesquisa, está associado a outro campo de conhecimento, o da sociologia das profissões, que colabora para a identificação das relações de poder no campo profissional. No caso do projeto, analisamos as relações de gênero, na interface com as hierarquias profissionais. A produção bibliográfica no campo do gênero, evidencia uma tendência das *expertises* marcadas pelo feminino, serem desqualificadas no mercado. Estas reflexões levam ao questionamento sobre as condições que as novas gerações têm para enfrentar este problema.

O documentário *Dafne e Rafael: o futuro do gênero* (SILVA, 1999), produzido em 1999, ainda é utilizado em oficinas, cursos de extensão e turmas de graduação, na universidade. Foram publicadas experiências realizadas em escolas de ensino fundamental de baixa renda, na década de 2000 (SILVA, 2022). O mais surpreendente é que, o documentário é considerado “muito atual” em frequentes avaliações sobre esse material de pesquisa.

¹ Malala Yousafzai, paquistanesa, sofreu um atentado, quando adolescente, por grupos extremistas que se opunham à educação das meninas no Paquistão (anteriormente Índia), liderados pelo Talibã, no ônibus que a levava para a escola. Ela se tornou uma liderança na luta por este direito no país e, por isto se tornou alvo da violência destes grupos. Hoje vive na Inglaterra com a sua família, pois estavam todos em risco, se continuassem no país. Seu pai tinha uma escola e apoiava a educação para as meninas (YOUAFZAI, Malala e LAMB, Christina, 2013).

Parâmetros Curriculares Transversais (PCN) – a orientação sexual

O governo federal, na década de 1990, iniciou um amplo processo de reforma de todo o sistema de ensino da educação básica. Lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Entre eles, foram destacados os temas transversais, que deveriam ser incluídos na estrutura das disciplinas curriculares que estavam sendo reavaliadas por todo o país. Um dos mais controversos foi o tema da *Orientação Sexual*. Este tema teve como objetivo estimular uma formação sobre sexualidade e saúde reprodutiva para a prevenção da gravidez e de doenças sexualmente transmissíveis. O mais interessante nessa iniciativa foi o fato de introduzirem o conceito de gênero na publicação, permitindo uma reflexão sobre o impacto da cultura na construção das diferenças entre meninos e meninas. Esta decisão favoreceu um debate sobre as hierarquias do ponto de vista cognitivo.

Entretanto, o que impactou mais nesta ocasião, foi falar abertamente sobre sexo na escola, em uma perspectiva igualitária. Houve muita reação quanto a isto, considerando alguns relatos de educadores em oficinas realizadas em escolas com o documentário e entrevistas realizadas por meio da pesquisa. Os PCNs quanto a este tema transversal, ficou dentro da gaveta.

A discussão sobre a inclusão da temática da sexualidade no currículo das escolas de primeiro e segundo graus tem se intensificado a partir da década de 70, por ser considerada importante na formação global do indivíduo. Com diferentes enfoques e ênfases há registros de discussões e de trabalhos em escolas desde a década de 20. A retomada contemporânea dessa questão deu-se juntamente com os movimentos sociais que se propunham, com a abertura política, a repensar sobre o papel da escola e dos conteúdos por ela trabalhados. Mesmo assim não foram muitas as iniciativas tanto na rede pública como na rede privada de ensino. A partir de meados dos anos 80, a demanda por trabalhos na área da sexualidade nas escolas aumentou devido à preocupação dos educadores com o grande crescimento da gravidez indesejada entre as adolescentes e com o risco da contaminação pelo HIV (vírus da AIDS) entre os jovens. A princípio, acreditava-se que as famílias apresentavam resistência à abordagem dessas questões no âmbito escolar, mas atualmente sabe-se que os pais reivindicam a orientação sexual nas escolas, pois reconhecem não só a sua importância para crianças e jovens, como também a dificuldade de falar abertamente sobre esse assunto em casa. Uma pesquisa do Instituto DataFolha, realizada em dez capitais brasileiras e divulgada em junho de 1993, constatou que 86% das pessoas ouvidas eram favoráveis à inclusão de Orientação Sexual nos currículos escolares. (PCNs. Orientação Sexual – Justificativa, 1997, p.77)

Apesar da pesquisa do Instituto DataFolha, de uma possível demanda por parte de famílias para a introdução do tema nas escolas, o fato é que houve muita resistência no discurso familiar para que os PCNs, de temas transversais, fossem implantados. Em entrevista com gestores na área da educação no município do Rio de Janeiro, na década de 2000, tivemos a oportunidade de ver inúmeras caixas de preservativos empilhadas na Secretaria porque foram impedidos de serem distribuídos nas escolas em programas de prevenção. O argumento foi que a Secretaria estava desrespeitando a prerrogativa das famílias na educação sexual de seus filhos.

O tema transversal, intitulado *Orientação Sexual*, foi uma das primeiras iniciativas de política pública, com endosso governamental, no campo da educação básica, a ser incorporado formalmente em normativas que estabeleciam uma direção pedagógica, incluindo o conceito de gênero. Houve, na ocasião, críticas ao processo político e burocrático na condução do debate e participação nacional na elaboração dos PCNs. Entretanto, considerando a pesquisa no campo da educação, foi um passo importante. O fato de incluir o conceito que pressupõe a existência de uma hierarquia entre homens e mulheres, com base na simbologia cultural do signo feminino e masculino, foi estratégico.

Essa iniciativa, propiciou abordar o tema dos direitos e igualdade de condições na sociedade, independente do sexo, o que inclui a vivência da sexualidade para meninos e meninas e escolhas de atividades recreativas, esportistas e cognitivas com mais liberdade e responsabilidade. O debate foi tomado pelo tema da sexualidade e polemizou no papel da família e da escola quanto a este viés da formação em gênero – o da sexualidade e, se perdeu no que se refere às escolhas por atividades recreativas, esportistas e cognitivas, sem preconceitos de gênero. Estas atividades oferecem um potencial significativo para o avanço em relações menos hierárquicas e preconceituosas entre meninos e meninas.

A estrutura proposta nos PCNs, nas disciplinas oferecidas sob diferentes recortes, incluindo o gênero, não apenas, pela perspectiva da saúde reprodutiva, (o que levou à polêmica da sexualidade), foi uma iniciativa sem tempo suficiente para ser implementada. Este debate que implica na formação cognitiva de forma igualitária na educação básica, interessa à pesquisa que desenvolvemos na UERJ e motivou a realização do documentário *Dafne e Rafael: o futuro do gênero*, lançado na escola onde foi gravado, em 1999, com intensa participação no evento. O documentário foi produzido e teve o roteiro de autoria própria, por parte da coordenação do projeto de pesquisa. Teve o apoio do Centro de Tecnologia Educacional (CTE/UERJ), na divulgação e cópias para distribuição, ainda em VHS, para educadores, pesquisadores e parceiros do projeto.

Os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres – PCNs

A partir da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) em 2003, foram lançados os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM). Os três planos (PNPM I - 2004, PNPM II - 2008 e PNPM III - 2013), que basearam as políticas públicas de gênero, no Brasil, incluíram a educação não-sexista em um dos seus capítulos e metas. Todos ressaltaram a importância das parcerias com as redes de ensino básica e o protagonismo necessário das Secretarias de Educação.

O I PNPM (2004), registra em sua justificativa a importância de garantir a escolaridade completa das mulheres que se mostram em desvantagem, considerando um recorte etário.

A mudança na escolaridade feminina atinge mulheres mais jovens e a exclusão educacional de alguns grupos merece destaque. Um deles é o das mulheres pobres e mais velhas. Entre pessoas de até 39 anos as mulheres são proporcionalmente mais alfabetizadas que os homens, mas à medida que a idade avança, o quadro se inverte. Entre aquelas com 45 anos ou mais, a proporção de mulheres analfabetas aumenta progressivamente com a idade. Embora em relação ao conjunto da população, esse grupo não seja numericamente significativo, a educação é um direito humano substantivo e, como tal, precisa ser garantido universalmente. Segundo o Censo 2000, esse grupo representa um contingente de 4.562.968 de mulheres com 50 anos ou mais. Elas devem ser levadas em conta na formulação de políticas, pois não têm sido atingidas pelos programas nacionais de alfabetização (BRASIL. PNMP, 2004, p.50).

Entre os objetivos específicos do II PNPM (2008), estavam os seguintes:

I. Reduzir o analfabetismo feminino, em especial entre negras, indígenas e mulheres acima de 50 anos; II. Promover a ampliação do acesso ao ensino profissional e tecnológico e ao ensino superior, com equidade de gênero, raça/etnia; III. Eliminar conteúdos sexistas e discriminatórios e promover a inserção de conteúdos de educação para a equidade de gênero e valorização das diversidades nos currículos, materiais didáticos e paradidáticos da educação básica; IV. Promover a formação de gestores/as e servidores/as federais de gestão direta/ sociedades de economia mista e autarquias, profissionais da educação e estudantes dos sistemas de ensino público de todos os níveis nos temas da equidade de gênero e valorização das diversidades; V. Contribuir para a redução da violência de gênero, com ênfase no enfrentamento do abuso e exploração sexual de meninas, jovens e adolescentes; VI. Estimular a participação das mulheres nas ciências e a produção de conhecimento na área de gênero, identidade de gênero e orientação sexual, levando em consideração os aspectos étnico-raciais, geracional, das pessoas com deficiência, entre outros (BRASIL. PNMP, 2008, p.12).

O terceiro e último PNMP (2013), avança quanto à construção de metas que perpassam diferentes níveis e entes administrativos na implantação de uma política pública de gênero na estrutura do governo federal. Entretanto, reconhece as dificuldades para avançar no campo da educação.

No Brasil desde 2004, O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres trata a educação como um dos eixos fundamentais para a construção de uma sociedade igualitária entre homens e mulheres. Até este momento em que o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres para o período de 2013-2015 está sendo entregue a sociedade brasileira, a educação brasileira, ainda não incorporou totalmente o princípio da igualdade de gênero. Há paridade nas matrículas em quase todos os níveis de ensino. A desigualdade de gênero foi reduzida no acesso e no processo educacional, mas permanecem diferenças nos conteúdos educacionais e nos cursos e nas carreiras acessadas por mulheres e homens (BRASIL. PNMP, 2013, p.22).

Este foi o último Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, cujas metas projetavam resultados para 2015. Os relatórios de monitoramento e as Conferências por instâncias federativas que ocorreriam em 2016, sofreram o impacto da instabilidade política que se instaurou no país, a partir do impedimento da Presidente da República, aprovado no Congresso Nacional. Um dos resultados deste processo político foi a perda de autonomia da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, cuja

estrutura de funcionamento é deslocada para o Ministério dos Direitos Humanos, em 2018, ainda no governo vigente da Presidente que sofreu um inseguro processo de *impeachment* político. As políticas públicas de gênero, sofreram um revés significativo neste contexto adverso à estas políticas. O PNPM 2013-2015 revela uma sofisticada estrutura de governança, articulada com diversos níveis de atuação na execução de políticas públicas de gênero, envolvendo diferentes Ministérios, resultado das experiências dos planos anteriores.

O avanço estagnou junto com este processo de instabilidade das prerrogativas democráticas no país e na gestão seguinte do Governo Federal, praticamente é enterrado. Não houve um outro Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, porque não houve outra Conferência Nacional. A pandemia Covid-19, levou ao adiamento da Conferência e posteriormente, controlada a Pandemia, o contexto político marcado por um campanha “antigênero” e disputas eleitorais interferiram na agenda. Na experiência da pesquisa, continuamos a oferecer cursos de extensão no campo temático e costumávamos dizer que estávamos na “trincheira”, resistindo para que as políticas de gênero, não caíssem no esquecimento. E, nesse caso, também as vítimas, sem vislumbre da retomada de políticas de enfrentamento das hierarquias de gênero, tantas vezes expressas de forma tão violenta.

O Programa Mulher e Ciência e o Programa Pró-equidade de Gênero e Raça – Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República, Brasil

No âmbito da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República (SPM/PR) também foram criados programas específicos que se associam aos temas da pesquisa. O Programa *Mulher e Ciência* e o Programa *Pró-equidade de Gênero e Raça*, ambos lançados em 2005, foram desacelerados neste contexto político abordado anteriormente, mas tiveram as suas ações de alguma forma, mantidas. O primeiro atua junto as universidades, oportunizando o debate sobre perfil por sexo nos cursos universitários e sobre a formação de professores na educação básica, estimulando a formação de mulheres cientistas, no início do ciclo de ensino. Essas iniciativas de políticas públicas específicas de gênero fortalecem a linha de pesquisa, que analisa suas formas de implantação. Estas formas vêm se alterando, conforme esse contexto político dos últimos anos mencionado, que evidencia uma extrema instabilidade quanto ao oferecimento destas políticas. No momento, as ações vêm sendo retomadas pela gestão atual do governo federal que estabeleceu vários compromissos com os movimentos sociais em campanha eleitoral.

Na gestão anterior foi criado o Ministério da Mulher e da Família, *status administrativo*, há muito demandando pelo movimento de mulheres no Brasil, pois até aquele momento, o órgão era uma Secretaria alocada na Presidência da

República, com *status* de Ministério, mas não “canetado” como Ministério. Entretanto, o novo ministério foi pelo viés da família e a centralidade da mulher neste papel, o que foi alvo de críticas de inúmeros grupos feministas. Algumas pautas foram afastadas, como a própria política de “gênero” assim denominada. Buscou-se uma associação com o termo “mulher” ao invés de gênero, evitando as controvérsias políticas que vem se estabelecendo no país, desde que o processo de demonização do conceito de gênero teve relativo sucesso junto à determinados segmentos da opinião pública, em geral, grupos religiosos.

Este processo dissemina a ideia de que os movimentos sociais, particularmente, o feminista ou linhas deste ativismo, estão destruindo a família. Nesse sentido, todo o investimento realizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres no enfrentamento da violência doméstica, foi colocado para “escanteio” e não aparecia uma boa alternativa para um lançamento de lá, devolvendo a bola para o time, de modo que não batesse na trave. Foi batendo na trave, até que a gestão do governo federal mudou em 2023 e o Ministério é intitulado, apenas, Ministério das Mulheres. Considerando o atraso no campo temático e o congelamento de políticas públicas específicas de gênero que estavam sendo implantadas com dificuldades, principalmente, na construção das redes de serviços e parcerias, 1 ano da nova gestão é pouco para avaliar sucessos. Diante de tantas controvérsias, a reconstrução de uma governança inclusiva do gênero, que vinha sendo implantada ao longo dos anos, cuja proposta do PNPM 2013-2015, deixa bem clara, não é uma tarefa fácil. São 10 anos de intervalo e os governos estão enfrentando grupos muito hostis quanto à ideia do gênero, como um indicador de violência contra segmentos da população, como é o caso das mulheres.

No mercado de trabalho começa a ser ampliada a proposta do Programa Pró-equidade de Gênero e Raça, com adesão de novas empresas às ações de combate à discriminação de gênero, conforme notícias no site do Ministério das Mulheres, do Governo Federal. Esse programa tem impacto direto em um dos temas que o projeto de pesquisa aborda, o mercado de trabalho e as hierarquias entre homens e mulheres, com formações profissionais na mesma área de conhecimento. A experiência em consultoria neste Programa no período 2009-2010 permitiu observar o seu potencial. O Programa Pro-equidade de Gênero e Raça, pode impulsionar mudanças no ambiente de trabalho e favorecer uma convivência menos hierárquica quanto ao gênero, prevenindo tensões entre os setores das empresas. O Programa está na 7^a edição e indica sua permanência como uma política de gênero em vias de expansão, no mercado de trabalho.

Quando este debate é colocado no campo da educação, principalmente, a educação básica, o problema toma uma dimensão maior. O capítulo referente à educação não-sexista nos PCNs, tem diferentes âmbitos de ação: o enfrentamento do

analfabetismo entre as mulheres de baixa renda, com mais incidência em mulheres do meio rural, em faixa etária mais avançada; o questionamento de uma formação escolar segmentada por sexo (atividades recreativas, esportivas, cognitivas separadas para meninos e meninas) na educação básica e a discussão das trajetórias instáveis das carreiras profissionais das mulheres por motivos relacionados à constituição de família ou discriminação por área de conhecimento e competência técnica. Agregase a esta última situação, o problema das assimetrias salariais em mesma função, entre homens e mulheres, no mercado de trabalho.

Em 31 de agosto de 2004, a Secretaria de Políticas para as Mulheres e o Ministério da Ciência e Tecnologia instituíram um grupo de trabalho interministerial para “realizar estudos e elaborar propostas de estruturação e definição de temáticas com vistas à realização de seminário nacional com núcleos e grupos de pesquisa sobre a questão do gênero das universidades”. O grupo foi instalado em dezembro de 2004 e, durante o ano de 2005 realizou várias reuniões coordenadas pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM/PR com a participação dos seguintes colaboradores: MCTIC, CNPq, MEC e ONU Mulheres, além da CAPES, ANDIFES e FINEP que culminaram na criação do Programa Mulher e Ciência, ainda em 2005. Com o objetivo de estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no País e promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas, o Programa Mulher e Ciência foi lançado com três eixos principais: 1. *Editorial bianual de pesquisas na temática Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos, operacionalizado na DEHS (...)*; 2. *Prêmio para estudantes de Ensino Médio, Graduação, Pós-Graduação e Escolas da Educação Básica denominado Construindo a Igualdade de Gênero, operacionalizado na DCOI/ Serviço de Prêmio; (...)*; 3. *Encontro triannual Pensando Gênero e Ciências, com núcleos de pesquisa de Gênero das Universidades, operacionalizado na SPM (...)*. Ao longo desse tempo foram incorporados novos parceiros: a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e o Departamento de Políticas do Ensino Médio/Secretaria de Educação Básica do MEC, e o Departamento de Ciência e Tecnologia (DECIT), do Ministério da Saúde. No âmbito das representações internacionais, o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), atualmente ONU Mulheres. (<https://www.gov.br/cnpq/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/mulher-e-ciencia>)

As ações neste campo de discussão estão em andamento com modificações nas ações ministeriais. O último edital que incentiva as mulheres na ciência por meio desta política pública, encerrou as inscrições recentemente e teve o protagonismo do CNPq e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), com o apoio da Secretaria das Mulheres. O seu objetivo é apoiar projetos que atuam nesta área de educação e gênero.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), lançaram, nesta quarta-feira (06), durante a 21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (21SNCT), o edital do Prêmio Mulheres e Ciência. Serão investidos cerca de R\$ 500 mil para premiar instituições e pesquisadoras pelo valor de seu trabalho científico: “Mesmo depois de tantos anos, a ciência segue sendo muito desigual e excludente. Por isso, precisamos dizer todos os dias: ciência, tecnologia e inovação são lugares para mulheres, sim!”, afirmou a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, durante o discurso. O prêmio tem como objetivo promover a diversidade, a pluralidade e a participação das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia, por meio de uma homenagem às investigadoras que se destacam em suas áreas. (www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/11/mulheres-na-ciencia-premio-lancado-pelo-cnpq-e-mcti-fortalece-a-igualdade-de-genero-e-lideranca-feminina-na-inovacao)

O documentário *Dafne e Rafael: o futuro do gênero*

O documentário *Dafne e Rafael: o futuro do gênero* (SILVA, 1999), teve o depoimento de professores de diferentes disciplinas na escola em que foi gravado, das crianças das turmas da alfabetização e de alguns responsáveis – pais e avós. O principal objetivo do roteiro era destacar o olhar das crianças – meninos e meninas, sobre as diferenças entre eles e como se relacionavam na escola, contrastando com a forma de ver dos professores. O resultado é muito bom. A espontaneidade das respostas é garantida por uma hábil direção do profissional da mídia audiovisual. Os depoimentos infantis registram as diferenças que veem entre eles, se organizam em grupos por sexo e se identificam em oposição uns aos outros - meninos em um canto e meninas em outro. Entretanto, em vários trechos buscam uma integração. Uma integração em disputa, nas brincadeiras, nas “zoações” sobre fragilidades e competências nos esportes, no pique-esconde, quando meninos tentam pegar algumas meninas para beijar, mas “elas não gostam” dessa atitude, não combinada entre eles.. A busca por esta integração é qualificada, seletiva, quando uma das meninas, com uma incrível performance diante da câmera, diz que gosta dos meninos, que tem amigos com quem gosta de brincar, mas não daqueles “chatos”, que ficam importunando, dizendo “você é muito mole”, na brincadeira, no corre-corre, no time. Reclamam porque elas “não gostam de futebol”. Mas eles (os meninos) não gostam de queimado, diz a menina. E, por aí vão as crianças, em uma lista de reclamações de um e de outro, quanto a uma conduta que os afasta, muitas vezes, das brincadeiras em grupos mistos, por sexo, na escola. A edição do documentário termina com a história do livro da Alfabetização que uma das turmas gravadas elaborou com desenhos de diferentes alunos, organizado pela professora, naquele ano de 1998.

Foi surpreendente ter a história do livro da Alfabetização nas mãos, no momento que havia um impasse para dar “um final” para o documentário, sem conduzir com pressupostos da pesquisa, ao analisar aquela enriquecedora experiência. A história foi uma competição de futebol em que os times de meninas e meninos empatavam. As situações vivenciadas foram uma mostra da complexidade da abordagem das relações de gênero na escola. Foram diferentes episódios. A mãe que resistia em assinar a autorização de imagem do filho, porque entendeu que o documentário incentivava o “homossexualismo”, a avó que não queria ficar no debate de um filme exibido porque as memórias da infância vieram à tona com cenas apresentadas no filme escolhido para discutir com os responsáveis, o diretor chamando para ilha de edição porque cada um da equipe queria escolher um trecho para a edição final, provocando um intenso debate sobre o que era mais importante ou não para garantir a ideia principal do roteiro. Enfim, o documentário foi uma experiência inesquecível do ponto de vista da metodologia da pesquisa.

O gênero é formador de identidades sociais e uma forte referência de grupo na infância e na adolescência. Foi muito enriquecedor ouvir aquelas crianças, prestar atenção nelas, tentar observar o que era uma fala reflexiva da própria criança sobre o tema que estudávamos, dizendo algo para reconstruirmos estas relações e o que era a influência das suas relações familiares, das atitudes dos professores e dos amigos que conviviam diariamente. Foi uma imersão no mundo infantil e sua forma direta de dizer como vê, como sente os seus desconfortos, diante destas qualificações e lugares reservados para meninos e meninas.

O lugar da escola neste processo, a ação dos professores, é fundamental, crucial, para que os meninos chatos deixem de ser tão chatos, que a burla no beijar na brincadeira dos meninos não se torne uma ação violenta no futuro, em que misoginamente, ocorra a violência e o cinismo da negação de sua violência. Quando a menina diz não, é não. É o que ocorre nos casos futuros de assédio sexual e violência sexual, inclusive, infelizmente, em universidades. O olhar dos professores deve estar atento a estas situações, na busca da integração entre os diferentes, sem hierarquias ou supervalorização de uma condição sobre a outra, no caso, do que é significado como masculino e feminino, na cultura – o debate sobre o conceito de gênero.

O que significa gênero – um debate teórico-metodológico e político

O debate sobre o conceito de gênero, cuja origem foi o movimento feminista em suas diferentes fases e desdobramentos para as políticas públicas, sempre foi bastante controverso. Desde a década de 1960, com base na cultura ocidental, cuja concepção de direitos individuais e liberdade de pensamento e escolha se afirma como princípio ético, o movimento feminista se afirmou como movimento social. A sua principal meta é a emancipação das mulheres de uma cultura hierárquica e opressora, cuja contradição em um regime político democrático se expressa desde a independência dos Estados Unidos da América, do império britânico e desde a Revolução Francesa – marcos históricos na construção da democracia no ocidente.

O enfrentamento desta contradição se baseia na concepção de cidadania. Uma das principais controvérsias é o alcance teórico do conceito para explicar comportamentos e identidades, oferecendo uma nova percepção das relações de poder na sociedade. O embate inicialmente ficou entre a biologia e a cultura, o que de certa forma é o alicerce de todas as ciências humanas, e até daquelas que se entendem fora dela, como por exemplo, as tecnológicas. Entretanto, quando a referência são valores pessoais, normas de comportamento baseado em regras de conduta construídas pela cultura, a análise teórica se torna mais complexa e a execução de políticas públicas mais ainda. Ao tentar escutar as crianças que foram gravadas para o documentário, o objetivo era perceber como elas veem, sentem o outro, que é colocado como o seu “oposto”, não o seu “parceiro”. A cultura tende a colocá-los como “oposto”, não como “parceiros”.

A partir deste ponto da reflexão, o documentário, considerado, ainda tão atual em tantas avaliações nos remete a duas hipóteses sobre os retrocessos no campo temático e as dificuldades para o avanço das políticas públicas de gênero: não conseguimos explicitar o suficiente o próprio conceito de gênero e/ou dimensionar (explicitando bem o conceito) o poder que esta hierarquia tem na cultura. É muito difícil, ainda, ver uma mulher num posto de comando, sem que tentem desestruturá-la como um pessoa bem-sucedida, assim como tendem a fazer o mesmo com um homem que se sinta plenamente realizado, trocando fraldas e se divertindo com as crianças. E, surge, a partir daí, um questionamento que está muito presente, hoje, no campo da pesquisa, cujo debate já foi realizado ao exibir o documentário em curso de pós-graduação: este é um enfoque muito binário das relações de gênero, não? Esta questão é de uma complexidade teórica-metodológica e histórica, sem precedentes no campo das evidências científicas. E, retornamos ao problema da compreensão do conceito de gênero que polemizou bastante quando surgiu, no interior do próprio movimento feminista.

No momento, a conduta assumida na pesquisa é considerar que a cultura é baseada na evidência científica de que existem biologicamente dois sexos (embora mesmo na biologia, em situações raras, mas existentes, essa definição também não é muito clara, como no caso da genitália ambígua), apropriando-se, hierarquicamente, dessas diferenças, com ampla desvantagem para as mulheres. O foco da pesquisa é a capacidade de reproduzir e manter esta hierarquia que a cultura manifesta, em diferentes regiões, tanto nacionais, como internacionais. E, mais especificamente, quais seriam as possibilidades de alterar essa realidade e daí, chegamos ao campo da educação. No projeto, o campo empírico, é a universidade, o último nível de formação educacional com expectativas, principalmente, no Brasil, do Estado assumir o acesso como direito de cidadania.

A universidade oferece cursos profissionais que revelam concentração por sexo, e o pressuposto na pesquisa é que as relações de gênero, construídas na cultura, interferem na escolha de carreiras. As hierarquias nas áreas de conhecimento se revelam, conforme a sociologia das profissões explora e os estudos de gênero mostram que as mulheres tendem a ocupar lugares subalternizados no mercado de trabalho. Nesse sentido, o indicador de sexo (e, não gênero – que é um conceito que se afirma na apreensão do dado biológico, para interpretá-lo como uma relação potencialmente de poder, na cultura), tem que ser incluído nos bancos de dados. Esse é um problema muito frequente, para as pesquisas no campo do gênero. No caso da pesquisa e seu campo empírico, faremos algumas considerações, considerando o afastamento do conceito de gênero da área da educação nos últimos anos e o que pode interferir no quadro de distribuição por sexo em cursos universitários que observamos na UERJ.

A universidade e a educação básica

Na comparação entre os dados apresentados em quadros do Anuário Estatístico da UERJ de 2008 (dados referentes a 2007), a concentração por sexo nos centros setoriais por matrícula ativa, estava distribuído da seguinte forma: no Centro Biomédico (CBI) – 189 matrículas do sexo masculino e 575 do sexo feminino, no Centro de Ciências Sociais (CCS) – 1.269 matrículas do sexo masculino e 1.023 do sexo feminino, no Centro de Educação e Humanidades (CEH) – 1.189 matrículas do sexo masculino e 2.981 do sexo feminino e no Centro de Tecnologia e Ciências (CTC) – 3.130 matrículas do sexo masculino e 1.336 do sexo feminino (DATAUERJ, 2008 p.158). Os dados referentes ao Anuário Estatístico da UERJ de 2024 (dados referentes a 2023), a concentração por sexo nos centros setoriais por matrícula ativa, estavam assim distribuídos: no Centro Biomédico (CBI) – 754 matrículas do sexo masculino e 1.811 do sexo feminino, no Centro de Ciências Sociais (CCS) – 2.773 matrículas do sexo masculino e 2.971 do sexo feminino, no Centro de Educação e Humanidades (CEH) – 2.458 matrículas do sexo masculino e 5.719 do sexo feminino e no Centro de Tecnologia e Ciências (CTC) – 4.806 matrículas do sexo masculino e 2.675 do sexo feminino (DATAUERJ, 2024 p.146).

Na observação da distribuição por sexo nos quadros disponibilizados na página da universidade, na publicação do Anuário Estatístico (DATAUERJ), a distribuição concentrada por sexo nos cursos nesse período 2008-2024, tende a se manter nos centros setoriais, com exceção do CCS. Nessa área de conhecimento, as matrículas do sexo feminino ultrapassam as do sexo masculino, o que não ocorria em 2008. Nesse período foram criados cursos novos nos centros setoriais. Há uma nova informação no DATAUERJ 2024, a da incorporação de cursos do Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (UEZO) à UERJ, em 2022, e a partir daí, foi denominada UERJZO. Os dados referentes a esta nova estrutura incorporada na universidade estão sendo incluídos no sistema da UERJ, mas as informações correspondentes ao sexo, foram lançadas no quadro comentado no parágrafo anterior. Os cursos novos da UERJZO, foram alocados no CBI e no CTC – um curso no primeiro centro setorial e quatro cursos novos no segundo centro setorial. No primeiro, há um número maior de matrículas do sexo feminino e no segundo, os quatro cursos novos apresentam um número maior de matrículas do sexo masculino, sendo que o de ciências da computação, apresenta uma concentração extrema do sexo masculino – 208 matrículas do sexo masculino e 36 do sexo feminino. Os dados analisados neste período de 16 anos, na UERJ, mostram que a concentração por sexo nos cursos universitários se mantém, apesar do surgimento de cursos novos, com exceção do CCS. Em um primeiro momento, não encontramos uma tabela com as faixas etárias nos cursos, por centro setorial nesse sistema, para analisar os possíveis impactos do ensino médio, nessas distribuições.

A partir daí, buscamos conhecer como estes indicadores estão aparecendo no ensino médio, nas informações mais recentes disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, do Ministério da Educação (INEP). O indicador por sexo, é incluído no levantamento das matrículas por região, no Brasil e nas inscrições do ENEM. Entretanto, não disponibilizam as áreas de conhecimento, escolhidas pelos candidatos. Em uma análise preliminar desses dados, disponibilizados no Censo Escolar da Educação Básica 2024 e no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que permite o ingresso nas universidades no Brasil, organizados pelo INEP, os dados estão desagregados por sexo. No Censo, é possível observar que há um equilíbrio de matrículas por sexo, por região, com diferenças entre estados, quanto ao acesso à rede pública de ensino. Os dados estão desagregados em sistema público e privado de ensino, sendo que prevalece o sistema de ensino público na educação básica.

Na perspectiva do gênero é importante observar que as matrículas por sexo, evidenciam um equilíbrio nas regiões, com uma predominância de matrículas do sexo feminino, com margem não muito distante das matrículas do sexo masculino. O INEP apresenta a diferença entre matrículas no meio urbano e no meio rural. Essa informação é importante, se considerarmos que as cidades, tendem a incorporar valores de forma diferente do meio rural, o que pode interferir bastante nas perspectivas de gênero. As faixas etárias que predominam no sistema público de educação básica, assim como no sistema privado são as que estão entre 15 e 17 anos e 18 e 19 anos. No ENEM, é interessante observar que nas inscrições confirmadas, a idade de 17 anos, prevalece, seguida da idade de 18 anos. Entretanto, o sexo feminino se destaca nestas inscrições, em relação ao sexo masculino. No painel disponibilizado nos relatórios referentes ao ENEM 2024, as inscrições são de 60,59% por cento para o sexo feminino e 39,41% para o sexo masculino, o que chama bastante a atenção.

Ao compararmos estas estatísticas com os dados do Censo do Ensino Superior 2024, confirma-se que a tendência observada nos estudos de gênero, de maior inserção de mulheres no ensino superior, vem se mantendo. No caso destes levantamentos de dados, é importante considerar que o Instituto Federal (IF) e o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), que são organizações acadêmicas, relativamente recentes no sistema público de ensino superior, foram incluídas neste Censo com informações por sexo. Os IFs e CEFETs, tem uma característica mais técnica, de preparo para a inserção mais rápida no mercado de trabalho. O quadro analisado apresenta informações no período de 2013 a 2018 e no que se refere ao sexo, neste tipo de organização acadêmica (mais técnica, menos acadêmica), as matrículas masculinas prevalecem. É necessário, observar com mais cuidado, essa distribuição por região, no Brasil, desde que este tipo de organização tem como objetivo, levantar demandas no mercado por localidade. O fato deste tipo de organização acadêmica, mais técnica, que se aproxima de uma formação mais “prática”, mais dirigida para

a inserção imediata no mercado de trabalho, concentrar mais matrículas do sexo masculino do que do sexo feminino, evidencia uma “lógica” de gênero funcionando nesta nova estrutura do ensino superior no Brasil. Entretanto, considerando as hipóteses levantadas na pesquisa, os pressupostos que a sociologia das profissões estabelece para explicitar as hierarquias entre áreas do conhecimento, é fundamental saber as áreas escolhidas pelos candidatos no ENEM, assim como os cursos que são escolhidos, por sexo, nas universidades. O Censo do Ensino Superior, elaborado pelo INEP, não disponibiliza estes dados desagregados por sexo, na consulta pública.

O projeto aprovado de reforma no ensino médio, por meio da Lei nº 14.945/2024 – Política Nacional do Ensino Médio, que será implantada a partir de 2025, mostra que há um investimento na formação técnico-profissional. Isso pode significar um aumento de matrículas em cursos como os IFs e os CEFETs. O quadro observado, correspondente ao período de 2013-2018, do Censo do Ensino Superior 2024 (com dados de 2023), disponibilizado pelo INEP, mostra a tendência de concentração de matrículas do sexo masculino nessas organizações de ensino. Nesse sentido, é muito importante, saber quais as áreas de conhecimento escolhidas pelas mulheres e pelos homens ao tentarem a seleção para o ingresso no ensino superior.

A análise no campo empírico do projeto, a UERJ, conforme registrado anteriormente, mostra que os centros setoriais têm evidenciado essa concentração por sexo, sem alterações relevantes nos últimos 16 anos, com exceção do Centro de Ciências Sociais (CCS). Este, ao longo dos anos, tem mantido um número equilibrado de matrículas ativas, por sexo, sem concentração extrema. Nesse caso, as ciências sociais, é uma área que atrai ambos os sexos no que se refere à formação profissional, o que não significa que não ocorra hierarquias de gênero neste campo profissional. Há cursos no CCS, com extrema concentração por sexo, como é o caso do Serviço Social, curso analisado na dissertação de tese do mestrado, em 1989. O curso, mantém a concentração por sexo, no caso, do sexo feminino, desde a criação do curso na década de 1940.

O tema gênero como está na citação utilizada do PNPM 2013-2015, ainda não foi incorporado na educação brasileira como uma grave iniquidade na perspectiva dos direitos humanos. Não é reconhecido como um desigualdade que deve ser superada por meio de políticas públicas. Nesse sentido, pode-se afirmar que o quadro de concentração por sexo na UERJ por área de conhecimento se repete no sistema de ensino no país inteiro. Entretanto, considerando as nossas diferenças regionais, é importante analisar estes dados por sexo e idade, por localidade. A dimensão raça/cor, está sendo redimensionada no projeto, considerando que na UERJ, ocorreram diferenças significativas na classificação dos dados e suas formas de tratamento estatístico. A partir desta etapa resolvida no projeto, serão comparados os dados da universidade com os disponibilizados pelo ENEM, Censo Escolar da Educação Básica e Censo do Ensino Superior, organizados pelo INEP, no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas concentrações por sexo, em cursos universitários tão marcantes, sendo que alguns não mudam desde a criação do curso, o fato do tema gênero ter sido completamente desestimulado nas escolas nos últimos anos, pode-se afirmar que as hierarquias de gênero permanecerão. O que vem acontecendo agora, em países como o Afeganistão e o que aconteceu no Irã, na década de 1980, cuja tomada do poder por grupos fundamentalistas, totalmente misóginos, evidencia o poder destas relações de poder. Estes grupos destruíram as esperanças de mulheres estudarem e se inserirem na sociedade por meio da qualificação profissional. E, olhando um pouco para a nossa própria realidade, a força que ainda tem um discurso “antigênero”, que desconhece completamente o significado do conceito de gênero, vemos que estamos indo muito lentamente neste processo. Considerar o ensino médio, nesse momento, colabora para agilizarmos um pouco esse ritmo. Entretanto, começar no ensino fundamental, é fundamental. Precisamos de políticas públicas que fortaleçam esse ponto de vista.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Programa Pró-equidade de Gênero e Raça. 7^a edição. Brasília, Distrito Federal, 2023. <https://www.gov.br/pt.br/acoesprogramas>. Acesso em 24/07/2024
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2013.
- BRASIL. Programa Mulher e Ciência <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-programas/programas/mulher-e-ciencia/mulher-e-ciencia>, 2005.
- BRASIL. INEP. Censo Escolar da Educação Básica. Ensino Médio. Classes Comuns. Faixa Etária, 2024.

BRASIL. INEP. Censo Escolar da Educação Básica. Ensino Médio. Classes Comuns. Sexo, 2024.

BRASIL, INEP. Censo Escolar do Ensino Superior 2024. Tabela 3.07 – Número de ingressos por processo seletivo, de matrículas e de concluintes em cursos de graduação presencial, por sexo, segundo a organização acadêmica – 2013-2023.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. *Perspectiva Profissional e de Constituição de Família em Mulheres Universitárias*. Rio de Janeiro, 1989. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia/IFCS/UFRJ. Orientação Bila Sorj.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. *Relações de gênero no campo profissional da medicina*. Rio de Janeiro, 1998. Tese de Doutorado. 272 p. Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia/IFCS/UFRJ. Orientação Bila Sorj.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. *Gênero e etnia abalando estruturas explicativas nas ciências sociais: um desafio para gestores de políticas públicas*. In: MADEIRA FILHO, Wilson e CHAVES, Luiza Alves (orgs.). *Humanidades, políticas públicas e desigualdades*. Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2021, p. 48-70.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. *O futuro do gênero: a importância da integração de meninas e meninos na escola*. In: MACEDO, Aldenora Conceição de, OLIVEIRA, Ivana Gonçalves e BARBOSA, Jaqueline Aparecida. *Práticas pedagógicas de resistência: a escola como lugar da diversidade*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022, p. 209-233.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. *A distribuição por sexo em carreiras universitárias: um balanço das mudanças*. In: As dimensões das Ciências Humanas: comportamento, cultura e sociedade. Ponta Grossa, PR: Editora Atena, 2024.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. *Dafne e Rafael: o futuro do gênero*. Roteiro. Documentário. Direção Paulo Leonel. Niteroi, Rio de Janeiro, 1999.

UERJ. ANUARIO ESTATISTICO DA UERJ. Quadro 30 - Alunos de graduação: situação acadêmica, distribuição por órgão, curso e sexo, 2008. Base de Dados 2007. NIESC/VR.

UERJ. ANUARIO ESTATISTICO DA UERJ. Quadro 30 - Alunos de graduação: situação acadêmica, distribuição por órgão, curso e sexo, 2024. Base de Dados 2023. NIESC/VR

YOUAFZAI, Malala e LAMB, Christina. Eu sou Malala: a história da garota que defendeu o direito a educação e foi baleada pelo Talibã. Companhia das Letras, 2013.